

POLÍTICA DE PRIVACIDADE

OBJETIVO

O **Cartório 3º Ofício de Registro de Imóveis e Protesto de Letras** reconhece a importância da privacidade de dados pessoais e, em atendimento à Lei nº 13.709/2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD, e do Provimento nº 134, de agosto de 2022, da Corregedoria Nacional de Justiça - Conselho Nacional de Justiça (CNJ), bem como às normas pertinentes à matéria, deseja que você se familiarize com a maneira como há a coleta, registro, o armazenamento e o tratamento dos seus dados.

Esta Política de Privacidade norteará todo tratamento de dados pessoais que ocorrer no Cartório 3º Ofício de Registro de Imóveis e Protesto de Letras, descrevendo as práticas adotadas desde a coleta até o descarte de tais informações, que são apresentadas diretamente pelo titular dos dados no atendimento presencial, com o objetivo de executar as devidas atribuições e competências legais do serviço público.

DEFINIÇÕES

LGPD – significa Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, Lei nº 13.709 de 14 de agosto de 2018.

Dados Pessoais – Qualquer informação relativa a uma pessoa singular identificada ou identificável (“Titular”). É considerada identificável uma pessoa singular que possa ser identificada, direta ou indiretamente, em especial por referência a um identificador, como por exemplo, um nome, um número de identificação, dados de localização, identificadores por via eletrônica ou a um ou mais elementos específicos da identidade física, fisiológica, genética, mental, econômica, cultural ou social dessa pessoa.

Dados Pessoais Sensíveis – Qualquer dado pessoal que diga respeito à origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, bem como dado referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico.

Anonimização – Processo por meio do qual o dado perde a possibilidade de associação, direta ou indireta, a um indivíduo, considerados os meios técnicos razoáveis e disponíveis no momento do tratamento.

Controlador(a) – Pessoa a quem competem as decisões sobre o tratamento dos dados pessoais;

Operador(a) – Pessoa que realiza o tratamento de dados pessoais em nome do(a) controlador(a);

ANPD – Autoridade Nacional de Proteção de Dados.

Encarregado – Pessoa responsável pela Proteção de Dados Pessoais na Controladoria Geral do Estado.

Titular – Pessoa a quem os dados pessoais se referem.

Tratamento – Qualquer operação efetuada sobre dados pessoais, por meios automatizados ou não automatizados;

Acesso – ato de ingressar, transitar, conhecer ou consultar a informação, bem como possibilidade de usar os ativos de informação de um órgão ou entidade, observada eventual restrição que se aplique;

Armazenamento – ação ou resultado de manter ou conservar em repositório um dado;

Arquivamento – ato ou efeito de manter registrado um dado embora já tenha perdido a validade ou esgotado a sua vigência;

Avaliação – analisar o dado com o objetivo de produzir informação;

Classificação – maneira de ordenar os dados conforme algum critério estabelecido;

Coleta – recolhimento de dados com finalidade específica;

Comunicação – transmitir informações pertinentes a políticas de ação sobre os dados;

Difusão – ato ou efeito de divulgação, propagação, multiplicação dos dados;

Distribuição – ato ou efeito de dispor de dados de acordo com algum critério estabelecido;

Eliminação – ato ou efeito de excluir ou destruir dado do repositório;

Extração – ato de copiar ou retirar dados do repositório em que se encontrava;

Modificação – ato ou efeito de alteração do dado;

Processamento – ato ou efeito de processar dados visando organizá-los para obtenção de um resultado determinado;

Produção – criação de bens e de serviços a partir do tratamento de dados;

Recepção – ato de receber os dados ao final da transmissão;

Reprodução – cópia de dado preexistente obtido por meio de qualquer processo;

Transferência – mudança de dados de uma área de armazenamento para outra, ou para terceiro;

Transmissão – movimentação de dados entre dois pontos por meio de dispositivos elétricos, eletrônicos, telegráficos, telefônicos, radioelétricos, pneumáticos etc.;

Utilização – ato ou efeito do aproveitamento dos dados;

PRINCÍPIOS DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

As atividades de tratamento de dados pessoais deverão observar a boa-fé e os seguintes princípios:

Finalidade: realização do tratamento para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular, sem possibilidade de tratamento posterior de forma incompatível com essas finalidades;

Adequação: compatibilidade do tratamento com as finalidades informadas ao titular, de acordo com o contexto do tratamento;

Necessidade: limitação do tratamento ao mínimo necessário para a realização de suas finalidades, com abrangência dos dados pertinentes, proporcionais e não excessivos em relação às finalidades do tratamento de dados; Livre acesso: garantia, aos titulares, de consulta facilitada e gratuita sobre a forma e a duração do tratamento, bem como sobre a integralidade de seus dados pessoais;

Qualidade dos dados: garantia, aos titulares, de exatidão, clareza, relevância e atualização dos dados, de acordo com a necessidade e para o cumprimento da finalidade de seu tratamento;

Transparência: garantia, aos titulares, de informações claras, precisas e facilmente acessíveis sobre a realização do tratamento e os respectivos agentes de tratamento, observados os segredos comercial e industrial;

Segurança: utilização de medidas técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou difusão;

Prevenção: adoção de medidas para prevenir a ocorrência de danos em virtude do tratamento de dados pessoais;

Não discriminação: impossibilidade de realização do tratamento para fins discriminatórios ilícitos ou abusivos;

Responsabilização e prestação de contas: demonstração, pelo agente, da adoção de medidas eficazes e capazes de comprovar a observância e o cumprimento das normas de proteção de dados pessoais e, inclusive, da eficácia dessas medidas.

BASES LEGAIS PARA O TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS

O tratamento de dados pessoais poderá ser realizado nas seguintes hipóteses:

- I. Mediante o fornecimento de consentimento pelo titular;
- II. Para o cumprimento de obrigação legal ou regulatória pelo controlador;
- III. Pela administração pública, para o tratamento e uso compartilhado de dados necessários à execução de políticas públicas previstas em leis e regulamentos ou respaldadas em contratos, convênios ou instrumentos congêneres, observadas as disposições do Capítulo IV desta Lei;
- IV. Quando necessário para a execução de contrato ou de procedimentos preliminares relacionados a contrato do qual seja parte o titular, a pedido do titular dos dados;
- V. Para o exercício regular de direitos em processo judicial, administrativo ou arbitral, esse último nos termos da Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996 (Lei de Arbitragem);
- VI. Para a proteção da vida ou da incolumidade física do titular ou de terceiros;
- VII. Quando necessário para atender aos interesses legítimos do controlador ou de terceiros, exceto no caso de prevalecerem direitos e liberdades fundamentais do titular que exijam a proteção dos dados pessoais; ou
- VIII. Para a proteção do crédito, inclusive quanto ao disposto na legislação pertinente.

COOKIES

Utilizamos cookies para permitir uma melhor experiência em nosso website e para nos ajudar a compreender quais informações são mais úteis e relevantes para você.

O que são cookies?

Cookies são arquivos salvos em seu computador, tablet ou telefone quando você visita um site. Usamos os cookies necessários para fazer o site funcionar da melhor forma possível e sempre aprimorar os nossos serviços.

Alguns cookies são classificados como necessários e permitem a funcionalidade central, como segurança, gerenciamento de rede e acessibilidade. Estes cookies podem ser coletados e armazenados assim que você inicia sua navegação ou quando usa algum recurso que os requer.

Cookies Primários

Alguns cookies serão colocados em seu dispositivo diretamente pelo nosso site – são conhecidos como cookies primários. Eles são essenciais para você navegar no site e usar seus recursos.

Temporários: Nós utilizamos cookies de sessão. Eles são temporários e expiram quando você fecha o navegador ou quando a sessão termina.

Finalidade: Estabelecer controle de idioma e segurança ao tempo da sessão.

Persistentes: Utilizamos também cookies persistentes que permanecem em seu disco rígido até que você os apague ou seu navegador o faça, dependendo da data de expiração do cookie. Todos os cookies persistentes têm uma data de expiração gravada em seu código, mas sua duração pode variar.

Finalidade: Coletam e armazenam a ciência sobre o uso de cookies no site.

Cookies de Terceiros

São colocados no seu dispositivo por entidades externas, como sistemas analíticos. Eles podem ser:

Temporários: Expiram quando você fecha o navegador ou a sessão termina. Coletam informações sobre como você usa o site (páginas visitadas, links clicados) para melhorar a navegação, mas não identificam você.

Persistentes: Ficam no seu dispositivo até serem apagados ou expirar. Também coletam dados sobre o uso do site e têm o objetivo de aprimorar a experiência, sem identificar o usuário.

Esses cookies ajudam a personalizar sua experiência, mas se você os desativar, algumas funcionalidades, como o login automático, podem não funcionar corretamente.

FINALIDADES PARA AS QUAIS UTILIZAMOS DADOS PESSOAIS

O cartório realiza a coleta e o tratamento de dados pessoais para cumprir suas funções legais, conforme regulamentação em lei específica.

Esses dados são utilizados para cadastro e qualificação notarial e de protesto, permitindo atender às solicitações dos usuários.

Além disso, informações podem ser encaminhadas a órgãos públicos e privados, conforme exigências legais, para o cumprimento de obrigações previstas na legislação.

Também utilizamos os dados para responder a dúvidas, questionamentos, reclamações ou sugestões relacionadas aos serviços solicitados.

Podem ser enviados, ainda, notificações por e-mail e/ou WhatsApp para informar sobre o andamento dos serviços ou para atender obrigações legais.

Por fim, os dados coletados contribuem para garantir a segurança e o bom funcionamento do site do cartório.

O cartório trata dados pessoais com as seguintes finalidades:

I.Execução de Atividades Notariais e Registrais: Tratamento de dados para realizar atos notariais e de registro, como escrituras públicas, registro de imóveis, averbações, certidões, protestos de títulos, entre outros.

II.Cumprimento de Obrigações Legais e Regulatórias: Encaminhamento de informações obrigatórias a órgãos públicos, como o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Receita Federal, tribunais e outros órgãos reguladores, conforme exigências legais aplicáveis à atividade notarial e registral.

III.Identificação e Qualificação das Partes: Coleta e uso de dados para identificar e qualificar pessoas físicas ou jurídicas envolvidas nos atos notariais e registrais, garantindo a segurança jurídica dos serviços.

IV.Emissão de Certidões e Documentos: Tratamento de dados para emitir certidões, registros e outros documentos solicitados pelos usuários ou exigidos por lei.

V.Gestão de Solicitações e Atendimento ao Público: Uso de dados pessoais para atender a solicitações de informações, certidões, registros ou outros serviços notariais e registrais, incluindo atendimento a dúvidas e suporte técnico.

VI.Comunicações Relacionadas aos Serviços: Envio de notificações ou informações sobre o andamento de solicitações ou comunicações obrigatórias relacionadas aos atos realizados.

VII.Garantia da Segurança da Informação: Tratamento de dados com a finalidade de proteger os sistemas eletrônicos, registros digitais e demais informações contra acessos não autorizados, fraudes ou incidentes de segurança.

VIII. Armazenamento e Preservação de Documentos: Conservação de dados e documentos em conformidade com prazos legais e normas específicas aplicáveis aos cartórios, que exigem a guarda permanente ou temporária de determinados registros.

IX. Prevenção à Fraude e Cumprimento de Determinações Judiciais: Utilização de dados para prevenir fraudes, garantir a autenticidade dos atos e atender a ordens judiciais ou requisições de autoridades competentes.

X. Atendimento a Interesses Legítimos: Tratamento de dados para finalidades legítimas relacionadas à prestação do serviço público delegado, desde que respeitados os direitos fundamentais do titular de dados.

DOS DIREITOS DOS TITULARES DOS DADOS PESSOAIS

DIREITO E FORMA DE EXERCÍCIO DO DIREITO

Direito de Acesso: Acessar todas as informações a respeito do titular de dados;

Direito de Retificação: Corrigir ou atualizar os dados pessoais dos titulares quando estes estejam incompletos, inexatos ou desatualizados

Direito de Informação: Ser informado acerca da possibilidade de não fornecer o compartilhamento de dados, das consequências da recusa e com quem os dados pessoais são compartilhados;

Direito de Cancelamento: Revogar do consentimento dado a qualquer momento de forma gratuita e facilitada;

Direito à Explicação: Obter de informações claras, precisas e facilmente acessíveis sobre a realização do tratamento de dados;

Direito à Portabilidade de Dados Pessoais: Enviar dos dados pessoais para outros fornecedores de serviços, respeitado os segredos comercial e industrial.

Direito Eliminação: Solicitar de eliminação dos dados pessoais, observada a base legal e as necessidades de cumprimento de obrigação legal ou regulatória

Direitos do titular que envolvam Dados do Registro Público de Imóveis estão sujeitos a atenuações em razão do cumprimento de obrigações preconizadas pela Lei de Registros Públicos (Lei nº 6.015/1973).

Os direitos acima elencados serão exercidos pelo e-mail/canal de comunicação que, por sua vez, será analisado pelo time de privacidade e será atendida sempre que possível dentro de um prazo razoável, respeitos critérios de razoabilidade e observadas as determinações legais vigentes à época da requisição.

Quanto à exclusão de dados pessoais, esta ocorrerá por meio de requisição do titular ou por meio de cumprimento de obrigação legal, podendo esses dados serem excluídos permanentemente, salvo em casos de possibilidade de mantê-los através de anonimização ou em caso de guarda obrigatória, ambos previstos na legislação aplicável.

COMPARTILHAMENTO DE DADOS PESSOAIS

Os dados contidos em registros, certidões, títulos e demais documentos arquivados neste Cartório são tratados de acordo com a legislação específica aplicável.

O tratamento ocorre para a execução dos serviços relacionados aos Registros Públicos e à Atividade Notarial, conforme previsto em lei.

Esses serviços visam garantir a publicidade, autenticidade, segurança e eficácia dos atos jurídicos, conforme determina o artigo 1º da Lei nº 8.935/94.

Nos podemos compartilhar seus Dados Pessoais com os seguintes tipos de organizações de terceiros:

Provedores de serviços: Incluem companhias externas que são utilizadas pelo o **Cartório 3º Ofício de Registro de Imóveis e Protesto de Letras** para auxiliar a operar nosso negócio. Provedores de serviços e seus colaboradores selecionados, só estão autorizados a acessar seus Dados Pessoais em nome do Cartório 3º Ofício de registro de Imóveis e Protesto de Letras para as tarefas específicas, que forem requisitadas a eles com base em nossas instruções diretas. Nossos provedores de serviços são obrigados contratualmente a manter seus Dados Pessoais confidenciais e seguros, e em casos de violação respondem solidariamente conforme a legislação vigente.

É da natureza do serviço público prestado nesta serventia, a publicidade dos atos registrados em seus livros, devendo ser extraídas na forma do que dispõe o artigo 16 da Lei 6.015/73.

Asseguramos aos usuários que nenhum dado pessoal será cedido, por via gratuita ou comercial, a empresas de marketing.

Em determinadas circunstâncias, amparadas por lei ou em razão de determinação legal ou judicial, a serventia reserva o direito de compartilhar ou transferir dados pessoais. Por exemplo:

- para manter a integração com os órgãos e associações;
- para oferecer serviços online aos cidadãos;
- para investigar um possível crime;
- sob circunstâncias similares.

Sempre que ocorrer um evento desta ordem, o compartilhamento será feito em conformidade com legislação de proteção de dados pessoais em vigor.

DA TRANSFERÊNCIA INTERNACIONAL DE DADOS PESSOAIS

Este Cartório informa que, em determinadas circunstâncias, pode ser necessário realizar a transferência internacional de dados pessoais para a execução de atividades relacionadas aos seus serviços.

Essas transferências podem ocorrer, por exemplo, no cumprimento de solicitações feitas por usuários, envio de informações a autoridades públicas ou entidades estrangeiras, ou para atender obrigações legais e regulatórias.

Toda transferência internacional de dados é realizada em conformidade com LGPD, assegurando que os países ou organizações destinatárias ofereçam um nível de proteção de dados adequado, conforme exigido pela legislação.

Nos casos em que o país destinatário não possui legislação de proteção de dados compatível, são adotadas medidas adicionais, como a celebração de contratos específicos ou mecanismos previstos em lei, garantindo a proteção e a privacidade dos dados transferidos.

DO TÉRMINO DO TRATAMENTO DOS DADOS PESSOAIS

O tratamento de dados pessoais não poderá, salvo determinação legal, ser realizado por tempo indeterminado.

A conservação de Dados do Registro Público de Imóveis sujeita-se à disciplina do Provimento nº 50/2015 do CNJ, que estabelece prazo permanente de conservação para diversos tipos de atos, considerando o arquivo público que é o fólio real, nos termos do art. 7º, §1º c/c 10 da Lei nº 8.159/1991.

O término do tratamento, em observância ao que dispõe a LGPD, ocorrerá nas seguintes hipóteses:

- Verificação de que a finalidade foi alcançada ou de que os dados deixaram de ser necessários ou pertinentes ao alcance da finalidade específica almejada;
- Fim do período de tratamento;
- Comunicação do titular, inclusive no exercício de seu direito de revogação do consentimento, resguardado o interesse público;
- Determinação da autoridade nacional, quando houver violação ao disposto na LGPD.

No entanto, é autorizada a conservação dos dados pessoais para cumprimento de obrigação legal ou regulatória pelo controlador, realização de estudo por órgão de pesquisa, garantida, sempre que possível, a anonimização dos dados pessoais, realização de transferência a terceiro, desde que respeitados os requisitos de tratamento de dados dispostos na LGPD ou, ainda, para uso exclusivo do controlador, vedado seu acesso por terceiro, e desde que anonimizados os dados.

CONTATO COM O ENCARREGADO PELO TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS:

O **Cartório 3º Ofício de Registro de Imóveis e Protesto de Letras** torna pública a identidade do seu encarregado, para envio de eventual comunicação, pedidos de esclarecimentos ou exercício de quaisquer dos direitos aqui previstos:

Nome do Encarregado: RL ADVOGADOS - CNPJ: 24.833.958/0001-21

E-mail do Encarregado: lgpd@3rimanaus.com

Se após a leitura deste Aviso de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais restar qualquer dúvida ao usuário, ou por qualquer razão precisar se comunicar para assuntos envolvendo os seus dados pessoais, o contato poderá ser realizado pelo e-24mail do encarregado.

Quando direcionado para plataforma de outra instituição, o usuário poderá ser informado sobre política sua de privacidade com o encarregado daquela entidade.

Disposições Finais

Sempre que o **Cartório 3º Ofício de Registro de Imóveis e Protesto de Letras** decidir mudar a forma que tratamos seus Dados Pessoais, esta Política será atualizada. Nos reservamos o direito de fazer alterações às nossas práticas e a esta Política a qualquer tempo, desde que mantida a conformidade com a legislação vigente.



3º OFÍCIO
DO REGISTRO DE IMÓVEIS
E PROTESTO DE LETRAS